



Associação Paranaense do Ministério Público

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM A ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DO MINISTÉRIO PÚBLICO (APMP) E LFG CURITIBA CURSOS S/A

Pelo presente Termo de Convênio, **LFG-CURITIBA CURSOS S/A**, a seguir denominada simplesmente LFG CURITIBA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 06.353.232/0001-00, localizada na Avenida Marechal Floriano Peixoto, 896, Centro, Curitiba, Estado do Paraná, fone/fax.: 41* 3232.6817, representada neste ato por sua Coordenadora, Sra. Jinane Bahi, e de outro lado, a **ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DO MINISTÉRIO PÚBLICO**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 76.106.483/0001-75, com sede na Avenida Candido de Abreu, nº 526, 10º andar, Bloco A, Centro Cívico, neste ato representada por sua Presidente, Maria Tereza Uille Gomes, têm, entre si, como justo e avençado o seguinte

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1. O presente convênio tem por escopo oferecer aos associados, funcionários da APMP e seus dependentes, descontos de 10% (dez por cento), não cumulativos, nos cursos regulares, excluindo-se os cursos de Pós Graduação.

Parágrafo Primeiro: O desconto mencionado no *caput* da presente cláusula, será concedido e calculado sobre o valor bruto do curso, desconsiderando, assim, qualquer outro desconto praticado pelo LFG CURITIBA.

Parágrafo Segundo: Serão considerados dependentes aqueles que assim constarem nas declarações de imposto de renda dos associados da APMP, que se identificarem como tal, no ato de sua matrícula, assim como os associados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DISPOSIÇÕES GERAIS

2. As partes convenientes reservam-se o direito de acompanhar todas as etapas do presente convênio.

2.1 Ficará a critério dos associados da APMP e de seus dependentes a utilização dos serviços oferecidos pela LFG CURITIBA CURSOS S/A.



Associação Paranaense do Ministério Público

2.2 A APMP não arcará, nem se responsabilizará, em hipótese alguma, por eventuais obrigações e ônus porventura assumidos e não adimplidos pelos beneficiados pelo presente convênio.

2.3 A conveniada deverá informar para a APMP qualquer alteração relativa à prestação de serviços aos associados e/ou quanto a valores e descontos, sob pena de manutenção do originariamente contratado

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA E RESCISÃO

3. O presente convênio terá vigência, a partir de sua assinatura, por prazo indeterminado, podendo ser rescindido por qualquer das partes, mediante aviso por escrito a outra, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, ou ser resolvido automaticamente pela ocorrência de alguma infração contratual.

PARÁGRAFO ÚNICO: Em qualquer hipótese de rescisão, haverá a imediata extinção das obrigações ora avençadas, com a conseqüente supressão imediata do abatimento previsto na cláusula primeira.

CLÁUSULA QUARTA – DA DIVULGAÇÃO

4. A APMP divulgará, junto aos seus associados, a parceria ora estabelecida, por meio de seu sítio na internet e autorizando a distribuição de folhetos e a afixação de cartazes na dependência de sua sede.

CLÁUSULA QUINTA – TERMOS ADITIVOS

5. As disposições complementares que criarem ou alterarem direitos e obrigações das partes serão formalizadas por meio de termos aditivos firmados por representantes de ambas as partes.

5.1 Os termos e disposições deste convênio e seus eventuais aditivos prevalecerão sobre quaisquer outros entendimentos ou acordos anteriormente firmados entre as partes.

5.2 A abstenção por qualquer das partes do exercício de quaisquer direitos que lhes assistam pelo presente convênio, bem como a concordância com atrasos no cumprimento das obrigações dele decorrentes, não constituirá novação, bem como não alterará de nenhum modo as condições estipuladas neste instrumento e não afetará a sua exigibilidade a qualquer tempo.

CLÁUSULA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

6. Os casos omissos relativos à execução deste Convênio serão resolvidos de comum acordo pelas partes.



Associação Paranaense do Ministério Público

CLÁUSULA SÉTIMA - FORO

7. Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas deste Convênio, que não possam ser solucionadas por entendimento direto entre as partes, fica eleito o foro da Comarca de Curitiba, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim ajustadas, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma para fins de direito, na presença das testemunhas abaixo arroladas.

Curitiba, 17 de fevereiro de 2009.

Jinane Bahi- Coordenadora
LFG-Curitiba

ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Testemunhas:

Nome: *elaton santos*
RG: *9.026.329-3*

Nome: *Juciana Cunha*
RG: *29902540*